



DECLARAÇÃO DO IX ENCONTRO CÍVICO IBERO-AMERICANO

Cidade do Panamá, 14 de setembro de 2013

“O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-Americana no novo contexto mundial”

As organizações, plataformas nacionais e redes da sociedade civil, participantes no IX Encontro Cívico Ibero-Americano, que teve lugar na Cidade do Panamá, fazem chegar as suas contribuições, reflexões, solicitações e compromissos, no quadro da XXIII Cimeira dos e das Chefes de Estado e de Governo.

Considerando:

1. Que as sociedades dos nossos países, ao mesmo tempo em que foram ganhando espaços cada vez maiores de liberdade e democracia, procuram garantir o exercido pleno dos direitos humanos na sua integralidade, em sociedades mais justas, seguras e equitativas, e aspiram alcançar a coesão social e a melhor convivência.
2. Que estamos situados num modelo de globalização neoliberal que dá prioridade ao mercado e ao capital em detrimento das pessoas e do bem-estar social, e que antepõe ao bem comum o lucro e as vantagens económicas de uma minoria e que estas políticas impostas pelas elites financeiras e orientadas para proteger os grandes capitais são um risco grave para os processos democráticos, impedem a equidade social, económica e cultural, e agredem a natureza e os bens comuns.

Que estas políticas económicas vão em detrimento do exercício dos direitos humanos dos mais excluídos devido a condições de género, idade, classe, e especialmente dos povos indígenas e das populações afrodescendentes.

3. Que é urgente que os governos e a sociedade civil avancem juntos na transformação do atual paradigma de desenvolvimento que produz deterioração ambiental, desigualdade, exclusão e violência.
4. Que as organizações, plataformas nacionais e redes da sociedade civil presentes participaram e continuarão a fazê-lo, juntamente com outras redes e movimentos sociais ibero-americanos, na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento da democracia, com uma cidadania ativa que incida nas políticas públicas para garantirem a realização de tais direitos.



5. Que os estados têm a responsabilidade de criar e respeitar um ambiente favorável que garanta o desempenho e a participação das organizações da sociedade civil no aprofundamento democrático e no desenvolvimento sustentável das nossas sociedades, reconhecendo-as como agentes essenciais nos processos de transformação social, económica e política.

Propomos aos e às Chefes de Estado e de Governo integrantes da Comunidade Ibero-Americana:

1. Que se comprometam na transformação do atual modelo de desenvolvimento para erradicar qualquer forma de desigualdade e discriminação, promovendo políticas públicas que garantam o respeito, o desenvolvimento e a proteção permanente dos direitos humanos integrais e da natureza.
2. Que contribuam para a construção e cumprimento de uma agenda global pós-2015, que vá ao encontro das causas estruturais dos problemas nacionais e regionais, com a participação da sociedade civil e de outras instâncias e estruturas de governo local e regional.
3. Que os países integrantes da comunidade ibero-americana ratifiquem o Protocolo Facultativo dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.
4. Que se institucionalize a participação dos cidadãos em todos os espaços e dinâmicas políticas de concertação da comunidade ibero-americana, convocando as OSC a participar, em função dos seus conhecimentos e experiências, nos diferentes fóruns e reuniões ministeriais que se realizam no quadro das Cimeiras.
5. Que acolham empenhadamente a proposta do Secretário-Geral Ibero-Americano, Senhor Enrique Iglesias de institucionalizar a participação dos cidadãos na Secretaria-Geral Ibero-Americana.

Comprometemo-nos a:

1. Aderir ao processo político, económico, social e cultural que estamos a propor para a construção de uma comunidade ibero-americana solidária, justa, equitativa e sustentável.
2. Melhorar as nossas capacidades e aptidões para fortalecer todos os nossos processos internos e também externos de interlocução com as nossas nações, no âmbito Ibero-Americano.
3. Elaborar e executar planos de trabalho bienais que nos permitam identificar objetivos comuns e resultados concretos, para fortalecer o nosso trabalho em rede, contribuir para o diálogo com as nossas



respetivas sociedades e qualificar o diálogo permanente com os nossos governos.

4. Apoiar a criação e arranque de uma instância de participação dos cidadãos dentro da Secretaria-Geral Ibero-Americana e contribuir para o seu efetivo funcionamento.